

PEDAGOGIA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO: PRÁTICA DIALÓGICA E EMANCIPATÓRIA PARA MELHOR QUALIDADE

Pedagogy of literacy and literacy: dialogical and emancipational practice for better quality

Pedagogía de la alfabetización y la alfabetización: práctica dialógica y emancipacional para una mejor calidad

Hadassa Raquel Macedo Bilac Viana*
Samara Elyza Macedo de Araújo**
Tatiane Aparecida de Araújo***
Tiago Antônio de Araújo****

Resumo: A temática deste trabalho está voltada para uma breve análise do sistema de ensino, especificamente da atuação docente e do processo de aprendizagem dos alunos. Faz proposições e reflexões sobre a trajetória do processo de ensino e aprendizagem e destaca a importância do envolvimento de práticas pedagógicas fortalecidas na pedagogia da alfabetização e do letramento como fator de mudança social, fundamentada na relação dialógica, na emancipação humana e na garantia da melhor qualidade e equidade na educação. A pedagogia da alfabetização e do letramento tem sido considerada como fator importante para criação e inovação de ambientes de aprendizagem significativas, contextualizadas e relacionadas ao contexto social. A escola que obtém a cultura do letramento possui em seu plano pedagógico escolar, diretrizes baseadas na educação para a cidadania, para a criatividade, para a vivência da democracia e da liberdade.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Diálogo.

Abstract: The theme of this work is focused on a brief analysis of the education system, specifically teaching performance and the students' learning process. It makes propositions and reflections on the trajectory of the teaching and learning process and highlights the importance of involving pedagogical practices strengthened in the pedagogy of literacy and literacy as a factor of social change, based on dialogical relationships, human emancipation and ensuring the best quality and equity in education. Literacy and Literacy Pedagogy has been considered an important factor for creating and innovating meaningful learning environments, contextualized and related to the social context. The school that obtains the culture of literacy has in its school pedagogical plan, guidelines based on education for citizenship, for creativity, for the experience of democracy and freedom.

Keywords: Literacy. Literacy. Dialogue.

Resumen: La temática de este trabajo se centra en un breve análisis del sistema educativo, específicamente del desempeño docente y del proceso de aprendizaje de los estudiantes. Hace propuestas y reflexiones sobre la trayectoria del proceso de enseñanza y aprendizaje y destaca la importancia de involucrar prácticas pedagógicas fortalecidas en la pedagogía de la alfabetización y la alfabetización como factor de cambio social, basado en las relaciones

*Graduada em Pedagogia – UNIARARAS. Professora de Educação Básica I no Sistema Municipal de Ensino de Votorantim/SP. E-mail: haramabivi@gmail.com.

** Mestra em Educação – UFSCAR-Sorocaba. Diretora de Escola de Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Votorantim/SP. E-mail: samara.elyza@hotmail.com.

*** Graduada em Pedagogia – UNESP. Professora de Educação Básica I no Sistema Municipal de Ensino de Votorantim/SP. E-mail: tati_aaraujo@hotmail.com.

**** Mestre em Educação – UFSCAR-Sorocaba. Supervisor de Ensino no Sistema Municipal de Ensino de Votorantim/SP. E-mail: supervisortiagoaraujo@gmail.com.

dialógicas, la emancipación humana y asegurando la mejor calidad y equidad en la educación. Alfabetización y Pedagogía de la Alfabetización ha sido considerada un factor importante para crear e innovar entornos de aprendizaje significativos, contextualizados y relacionados con el contexto social. La escuela que adquiere la cultura de la alfabetización tiene en su plan pedagógico escolar lineamientos basados en la educación para la ciudadanía, para la creatividad, para la vivencia de la democracia y la libertad.

Palavras-clave: Literatura. Literatura. Diálogo.

INTRODUÇÃO

A implantação de um sistema de qualidade na educação escolar é um tema em constante atualização. Por ser um processo em longo prazo, tende a abarcar os mais variados setores da sociedade, uma vez que, a educação deve ser estendida a todos.

Este trabalho se delimitou ao processo de alfabetização e letramento como prática dialógica e emancipatória para melhor qualidade e equidade, tornando-se assim, a ligação fundamental para um caminho transformador, formador e articulador.

Com relação à qualidade na educação, pode-se dizer que a escola de melhor qualidade acontecerá na medida em que seja firmado um pacto para a qualidade, no qual cada parceiro – alunos, professores, dirigentes, técnicos, servidores, pais e sociedade – tenha um papel definido a desempenhar.

Assim é preciso analisar os dados acerca da evolução do acesso à escola em articulação com as noções de qualidade do ensino, envolvendo reflexões e análises sobre as políticas públicas no Brasil, evidenciando a dimensão do problema da qualidade, discutindo as possibilidades do estabelecimento de um padrão de qualidade como medida necessária, estruturada na pedagogia da alfabetização e do letramento como processo de construção de conhecimento pessoal, social e pedagógico.

ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO CONTEXTO EDUCACIONAL

Pode-se considerar que a educação brasileira tem sido sobejamente alvo de diversos discursos contemporâneos. Na verdade, a educação escolar, no Brasil, teve como princípio ser elitista.

Um breve histórico, facilitará a compreensão do processo educacional, iniciando-se no período de 1549, com a chegada dos jesuítas, as escolas de primeiras letras, colégio e seminários tinham como intenção primordial catequizar os nativos, período em que a educação não era vista como prioridade nacional.

Para Santos (2003, p. 42) “não havia preocupação muito grande com os problemas educacionais, já que a educação era privilégio dos ricos e poderosos com condições de mandar seus filhos às melhores escolas estrangeiras, especialmente Portugal e França”.

Também nesse período, segundo Gadotti (2000, p. 26) “havia uma ordem religiosa católica chamada Companhia de Jesus, fundada por Inácio Loyola, em 1534 – chegou ao Brasil e permaneceu até 1759,

comandando a educação, baseados nos métodos e conteúdo da *Ratio Studiorum*, o método pedagógico dos jesuítas, inspirado na escolástica”.

Mais tarde, com a vinda da família imperial, em 1808, apesar do grande impulso dado ao ensino superior, a educação popular ainda continuava relegada a segundo plano. Um dos maiores problemas era a escassez de escolas e de mestres no ensino das primeiras letras. Também “a preocupação educacional da monarquia portuguesa se restringiu à formação das elites governantes e dos quadros militares” (Gadotti, 2000, p. 26).

Com um movimento reformista da educação, surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que constatava mudanças, vindo como marco histórico na educação, foi criado, debaixo de muitas críticas, por escritores e intelectuais, como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Junior, pois conscientes dos problemas educacionais tinham assim, sentimentos e atitudes para mobilizar toda a população e o país para uma ação educacional efetiva. “Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação” (Saviani, 2005, p. 1).

Entra em vigor, então, a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), por determinação da Constituição de 1946, cujo artigo 5º, XV “d”, prescrevia: “Compete à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional”, lei nº 4.024/61, que também determinou ao Conselho Federal de Educação a elaboração do Plano de Educação. Determina os fins da educação, os caminhos a serem percorridos e os meios adequados para atingi-los, enfim, regulamenta a Educação Escolar Nacional.

Também a Constituição de 1988 (5/10/88) que para Grinspun (2006, p. 136)

Nasceu com ampla participação popular, principalmente na área da educação, onde o Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito e em Defesa da Escola Pública (que tinha a participação de inúmeros órgãos de classe, inclusive a Federação Nacional de orientadores educacionais) lutou permanentemente pelos ideais de uma educação democrática e consoante com os ideais de uma sociedade mais justa e mais humana. Da Constituição de 1988, ressaltamos o art. 214, que proclama o estabelecimento do plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis à integração das ações do Poder Público que conduzam à erradicação do analfabetismo, à universalização do atendimento escolar, à melhoria da qualidade de ensino, à formação para o trabalho e à promoção humanística, científica e tecnológica do país.

A atual LDB (Lei nº 9.394/96) complementou os princípios estabelecidos na Constituição de 1988 que, com um chamado à responsabilidade compartilhada, defendia a educação como um direito de todos, dever do Estado e da família.

Ela visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. O ensino deve ser ministrado levando em conta a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, o pluralismo de ideias, a gratuidade do ensino público, a valorização dos profissionais do ensino, a gestão democrática e o padrão de qualidade (GADOTTI, 2000, p. 28).

Baseando-se em Gadotti (2000), entende-se que a escola tem como função social a preparação do jovem para a inserção na sociedade, muitas são as determinações apontadas na legislação

educacional, porém, dar conta de tais determinações não é tarefa simples, pois exige intervenções pedagógicas, sociológicas e até mesmo ideológicas, partindo do entendimento de que é preciso determinadas tomadas de posição e esforço. Assim o mesmo autor afirma

Apesar dos esforços positivos e de iniciativas isoladas bem-sucedidas, os desafios da educação básica constituem-se numa realidade presente no cenário das perspectivas atuais da educação. Indicar caminhos que possam enfrentá-los com sucesso é um dever de todos (GADOTTI, 2000, p. 26).

Com esse breve histórico, percebe-se que o Brasil, não apresentou muita estabilidade e que a divergência de opiniões públicas foram obstáculos ao planejamento educacional.

Ensinos tradicionais e fracassos na aprendizagem ainda são perceptíveis no nosso contexto escolar. A Constituição de 1988, em seu artigo 206 menciona sobre a necessidade de se oferecer condições iguais para o acesso e a permanência na escola. Não basta ter vaga e garantir a matrícula; é preciso que o aluno possa frequentar regularmente as aulas e se evite, ou pelo menos minimize, um dos problemas mais sérios e crônicos do ensino brasileiro, a evasão escolar (SANTOS, 2003, p. 34).

Por isso a necessidade de se pensar sobre a melhoria da qualidade e da equidade na educação, com ações empreendedoras que fortaleçam as atitudes, habilidades e competências, proporcionando a “cidadania plena e do desenvolvimento com equidade” (Gadotti, 2000, p. 31).

Buscar uma melhor compreensão dos processos de alfabetização e letramento, considerando as suas múltiplas facetas, a necessidade de integração de diferentes abordagens teóricas no estudo desses fenômenos, contribuindo para a construção de um ensino que possa confirmar a permanência do sujeito no mundo da escrita, sobre as relações entre o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, seus usos sociais, refletindo sobre as funções sociais desses textos e sobre as relações que se estabelecem entre as pessoas por meio desses textos.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO – IMPASSES E DILEMAS DA APRENDIZAGEM

Em 1970, grandes prejuízos e obstáculos aos processos de aprendizagens dos educandos podiam ser observados, afinal, o Brasil marcou elevado índice de retenção em relação a outros países da América Latina. A pesquisa de Elba Barreto (2001, p. 42), no Dossiê Educação, comprovaram que 57,4% das crianças repetiam na passagem da 1ª para a 2ª série do ensino fundamental, dados também levantaram em 1954, que as crianças de 7 a 10 anos a cada 100 matriculadas na 1ª série, apenas 16 concluíam das quatro séries do ensino primário após os quatro anos propostos para a sua duração.

Segundo Grinspun (2006, p. 73)

A trajetória histórica do fracasso escolar na realidade brasileira pode ser identificada a partir de alguns pontos básicos: explicações para o fracasso escolar, baseadas na teoria do déficit e da diferença cultural; explicações advindas das crises do sistema social, que estariam sendo reproduzidas no sistema escolar; o momento do fracasso analisado à luz do próprio sistema educacional congenitamente gerador de obstáculos à realização de seus objetivos e o fracasso escolar como depositário das dificuldades dos protagonistas que atuam no processo educacional.

Um dos maiores problemas enfrentados pela educação não deixa de ser a constante transformação de planos e programas. Estudo de Gadotti (2000) revela que em setembro de 1990, ano internacional da alfabetização, o governo federal anunciou um programa de Alfabetização, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, porém, o mesmo foi abandonado no ano seguinte, “sem nenhum resultado concreto e sem que a população e os educadores recebessem qualquer explicação” (Gadotti, 2000, p. 25).

Em 1994, outro plano ambicioso foi assumido, pelo governo federal, estados e municípios, o *Plano Nacional de Educação para Todos*, contudo o governo que assumiu em 1995 abandonou esse plano iniciou uma nova política educacional, empenhando-se na aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e na criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Logo em seguida a mudança do FUNDEF para FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a política educacional abarca também o ensino médio, compondo assim a Educação Básica, na distribuição dos recursos e nas políticas de formação de professores.

Outro programa, caracterizado como política pública em educação, referência no país entre os anos de 2013 e 2016 e que obteve grande adesão por parte das redes públicas de ensino foi o PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pottmeier et al., 2020). O programa buscou subsidiar as redes de ensino que compõe os entes federados, com propostas de formação continuada em que os cursistas tiveram acesso a um vasto material de estudo focado na alfabetização e no letramento das crianças em idade de alfabetização. O governo federal, organizador do programa e com apoio de estados e municípios ofertou, além de material impresso, bolsa de estudo para incentivo à participação e para custeio de alimentação e transporte dos cursistas aos locais de formação presencial. O PNAIC, ainda que tenha apresentado avanços do ponto de vista da oferta de formação continuada em alfabetização, deixou de existir e, conseqüentemente, não apresentou a devida continuidade.

Assim, diante destes contextos apresentados, faz-se uma releitura de insucessos do cotidiano escolar, então havia necessidade de se introduzir o pensamento democrático, que defendesse a escola pública como direito de todos, para se alcançar uma sociedade igualitária, com projetos efetivos que destaquem a diversidade, a responsabilidade e o empreendedorismo.

Segundo Libâneo (2004, p. 21) “a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais”. Por isso, a educação é necessária para que o homem seja constituído, em sua formação humana, educar compreende possibilitar ao indivíduo a aquisição da capacidade de conduzir o seu próprio processo formativo. Já Grinspun (2006, p. 82) revela uma abordagem quanto ao fracasso escolar, válido para melhor compreensão e reflexão

Acredito que uma das questões do fracasso escolar está na estrutura como o mesmo é organizado, se é que assim podemos dizer. O fracasso, especificamente, é do aluno que não é aprovado, que é excluído da escola, que fracassa etc., mas os professores, a escola, o sistema, todos são responsáveis por esse fracasso, na medida em que as

ações que são tomadas para diminuir ou eliminar essa situação são fragmentadas e setorizadas. O governo, através de políticas públicas, determina as ações a serem tomadas (de preferência, alardeando suas benesses); a Academia aprofunda as questões teóricas sobre o fracasso, pesquisando-o, mas com dificuldades para operacionalizá-lo, por não deter os componentes políticos/práticos para sua efetivação; o professor avalia esse fracasso, a partir da visão do aluno, sem um envolvimento maior dele no processo (aqui incorporando as decisões do próprio sistema). Então, a questão do fracasso é um problema de concepção, de estrutura, que pode chegar a um bom termo se todos estiverem comprometidos – no mesmo sentido – em superá-lo.

Compreende-se, então, que as questões apresentadas e que apontam aspectos relacionados ao fracasso escolar, implicam e requerem posturas mais realistas, com ações unificadoras, para Perrenoud (1999, p. 9) requerem “prática reflexiva, profissionalização, trabalho em equipe e por projetos, autonomia e responsabilidade crescentes e pedagogias diferenciadas”.

Já que segundo o mesmo autor “a escola seleciona e fabrica o fracasso, com frequência, de maneira a esconder seu próprio fracasso” (Perrenoud, 1999, p. 82). Seria a “revolução das competências” que só acontecerá durante a formação profissional, a formação contínua está desenvolvendo-se está indo na direção de um desenvolvimento de competências orientado para a profissionalização.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO ARTICULADO A PRÁTICA EDUCATIVA

Muitas são as reflexões que buscam responder a alguns questionamentos voltados as relações entre o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, a alfabetização com seus usos sociais e o letramento, no âmbito da sala de aula para que promova o sucesso do educando, contrariando o fracasso escolar.

Alfabetizar e letrar tem sua natureza política e social, em 1990, com a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, a alfabetização passa a ser “entendida como instrumento eficaz para a aprendizagem, para o acesso e para a elaboração da informação, para criação de novos conhecimentos e para a participação na própria cultura e na cultura mundial nascente”.

Atualmente, a política de alfabetização no Brasil está normatizada no decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023 que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. A normativa prevê, dentre outros “Compromisso, por meio da conjugação dos esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas (BRASIL, 2023). Dentre as premissas destacam-se aquelas relacionadas à a “garantia do direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas e a valorização dos profissionais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental” (BRASIL, 2023). Sobressai também a possibilidade de se pensar sobre:

promover medidas para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e no aprofundamento das competências em leitura e

escrita das crianças matriculadas na rede de ensino até o final dos anos iniciais do ensino fundamental, prioritariamente aquelas que não alcançaram os padrões adequados de alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental (BRASIL, 2023).

A leitura e a escrita são recursos importantes para permitir a entrada no mundo da informação, proporcionando o acesso aos conhecimentos histórico e socialmente produzidos e criando novas condições para produção de novos conhecimentos.

Pode-se considerar Magda Soares (2001) e Paulo Freire (1991) como importantes autores que discutem sobre a alfabetização e letramento para emancipação social. Soares ressalta que para entrar e viver no mundo do conhecimento, o aprendiz necessita de dois passaportes, sendo o domínio da tecnologia de escrita, que a autora conceitua como o sistema alfabético e ortográfico, que se adquire por meio do processo de alfabetização e o domínio de competências de uso dessa tecnologia, sendo o saber ler e escrever em diferentes situações e contextos, que se adquire pelo processo de letramento.

Já Freire (1991) menciona que não basta saber ler “Eva viu a uva”, é necessário ter a compreensão do contexto social que Eva ocupa, indo além, sabendo também quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho. Para o autor, não basta simplesmente dominar a escrita como instrumento tecnológico, é fundamental considerar as possíveis consequências políticas da inserção do aprendiz no mundo da escrita, com a leitura crítica das relações sociais e econômicas.

Assim, as práticas em sala de aula devem estar orientadas de modo que se promova a alfabetização na perspectiva do letramento, que proporcione habilidades e conhecimentos que torne efetivo o exercício da leitura e escrita competente. Para Soares (2001) esse exercício

[...] implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos – informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever: atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor [...] (SOARES, 2001, p.92).

Sendo a escola um ambiente de formação continuada, o professor deve fortalecer sua formação em serviço, trabalhando com tomada de decisões, visando superar os problemas existentes, principalmente os relacionados aos desafios da articulação entre teoria e prática dos conceitos de alfabetização e letramento.

Utilizar de retomadas de atividades reflexivas, a fim de readequar e aperfeiçoar o planejamento das práticas escolares, o registro da rotina e a construção de oportunidade de aprendizagem da leitura e escrita para emancipação.

Ter um reconhecimento da escola também é fundamental, conhecer o prédio, a estrutura física da escola, identificar suas finalidades, valorizar o ambiente e estabelecer vínculos.

Para isso é preciso obter dados da realidade, conhecer a própria realidade, já que esta se renova a cada ano, criar canais efetivos de divulgação e discussão dessa realidade, conhecer os alunos, suas caracterizações, preparar os professores, criar estratégias de montagem de sala de aula, a fim de motivar o rendimento dos alunos. Ter uma caracterização dos alunos, um diagnóstico do seu ingresso na escola, são situações que poderão possibilitar maior motivação para o estudo e maior vínculo com a escola, oferecendo possibilidade de mediar, de forma adequada, dilemas, problemas e conflitos.

Também é importante assessorar ações pedagógicas que assegurem a atuação com estudo das propostas curriculares, estudo das práticas pedagógicas, reuniões pedagógicas, cursos de enriquecimento curricular, análise e estudo de artigos e matérias de revistas e/ou jornais pedagógicos, que tenham assuntos pertinentes as dificuldades, dúvidas, sugestões ou estudo das situações vivenciadas no contexto escolar, pesquisa de textos para utilização em sala de aula, como ferramenta de estudo.

Valorizar momentos de aprofundamento teórico para subsidiar a prática pedagógica e a troca de experiências, estudo de materiais lúdicos e recursos tecnológicos disponíveis na escola que melhoram a prática pedagógica. Que possibilitará a reflexão constante de avaliar sua prática, trocar experiência com os colegas e aprofundarem seus conhecimentos. Favorecer a organização de uma estrutura e de uma rotina para os encontros de reflexão.

Sempre que possível, proporcionar dinâmicas interativas entre os alunos para que possam também ser desenvolvidas em sala de aula, como meio de apresentação, observação, um jeito divertido e rico de aprendizagem, pois tais dinâmicas exigem que todos se observem, permitem que todos falem, promovem o entrosamento e a participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com uma análise sobre as políticas de desenvolvimento e com as propostas da alfabetização e do letramento como forma de emancipação humana, deve-se considerar que os processos de alfabetização e letramento precisam ser trabalhados de forma contínua ao longo dos primeiros anos de escolaridade, sempre estabelecendo uma visibilidade dos objetivos de trabalho a serem alcançados e sistematizando as ações para concretizá-lo.

Não se pode deixar de enfatizar neste trabalho a recorrente descontinuidade das políticas governamentais referentes aos temas da alfabetização e do letramento escolar. Através dos tempos da educação percebe-se que, a política partidária, por si só, desconsiderou as políticas públicas em andamento na área, não levou em conta os avanços e as inúmeras potencialidades dos programas de alfabetização, visto que ao iniciar um governo, seja em qual esfera for, o candidato eleito, quase sempre

arbitrariamente, desidrata ou simplesmente renega ao esquecimento boas propostas que poderiam alavancar os processos de ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras.

O objetivo deste trabalho foi descrever sobre o contexto educacional brasileiro, com uma metodologia voltada para o desenvolvimento de uma sociedade justa, humana, solidária e participativa. O trabalho consiste na articulação entre prática e teoria e na capacidade de promoção da leitura e escrita autônoma, crítica, reflexiva.

Para que o objetivo seja possível é de fundamental importância o aperfeiçoamento e a atualização docente, como também o planejamento, pois é condição necessária para que se mantenha nítido o horizonte das ações pedagógicas em torno da alfabetização e do letramento e do domínio de capacidades que propiciem ao aluno ler e escrever com progressiva autonomia e se engajar em práticas sociais de leitura e escrita.

A prática docente de melhor qualidade acontecerá na medida em que, num estabelecimento de ensino, o seu corpo social venha a delinear, em conjunto, uma visão compartilhada de excelência na educação. Em que seja firmado um pacto para a qualidade em cada parceiro: alunos, professores, dirigentes, técnicos, servidores, pais e sociedade.

A criação de ambientes de aprendizagens que compartilhem ideias e conhecimentos, em que o docente construa o seu papel na escola, tenha na sua atuação envolvimento com construção do conhecimento, aprendizagem, currículo da escola, relações interpessoais, didáticas, relacionamento com os membros da escola e com a comunidade, tornando-se assim, a ligação fundamental para um caminho transformador, formador, articulador e de emancipação humana.

Para Freire (1982) os sujeitos sendo históricos e inacabados, vão se constituindo nas relações sociais e culturais em meio ao processo inter-relacionado de ensino e aprendizagem. Tal processo de manifesta nos alunos por meio do diálogo, um diálogo consciente e crítico com relação à realidade em que vivem.

Assim, se buscará a excelência na educação, na medida em que cada elemento da comunidade escolar assumir um compromisso individual e, de modo solidário, trabalhar responsável e positivamente para a causa educacional.

REFERÊNCIAS

BARRETO, E. S. de S. e MITRULIS, E. *Trajetória e desafios dos ciclos escolares no país*. In: Estudos Avançados. Dossiê Educação, USP: IEA, 2001.

BRASIL, Decreto Nº 11.556, de 12 de junho de 2023: *Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996: *FUNDEF. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm>. Acesso em 17 abr. 2024

BRASIL. Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007. *Regulamenta o FUNDEB e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 16 abr. de 2024.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. *Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, Tailândia: mar. 1990. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 01 mar. de 2016.

FREIRE, P. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1982.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GRINSPUN, M. P. S. Z. *A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola*. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2004.

PERRENOUD, P. *Dez Novas Competências para Ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

POTTMEIER, S.; DONIDA, L.s; FISTAROL, C. F. *A formação docente no PNAIC: uma revisão bibliográfica.*

Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ., Araraquara, v. 22, n. 1, p. 47-65, 2020. Disponível em: <

<https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/13293>> Acesso em: 12 abr. 2024.

SANTOS, C. R. dos. *Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação.* São Paulo:

Pioneira Thomson Learning, 2003.

SAVIANI, D. *Educação Brasileira: estrutura e sistema.* Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SCHLEICHER, A. *A melhoria da qualidade e da equidade na educação: desafios e respostas políticas.*

São Paulo: Moderna, 2005.

SOARES, M. *Letramento e escolarização.* In: RIBEIRO, V. M. (Org.). *Letramento no Brasil, reflexões a*

partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2001.

Recebido em: 10.01.2024

Aprovado em 10.04.2024